



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER Nº 181 /16 – CCJ

À CONTESTAÇÃO AO PARECER Nº 102/16 – CCJ

Altera o § 2º do art. 21 e a letra a das Condições de Trabalho do item X – Médico da Estratégia de Saúde da Família – do Anexo I da Lei nº 11.062, de 6 de abril de 2011 – que autoriza o Executivo Municipal a instituir, conforme determina, o Instituto Municipal de Estratégia de Saúde da Família (IMESF), revoga a Lei nº 10.861, de 22 de março de 2010, e dá outras providências –, estabelecendo carga horária para os médicos contratados para o IMESF.

Vem a esta Comissão, para parecer, a Contestação ao Parecer nº 102/16 – CCJ, de autoria do vereador Dr. Goulart.

A Procuradoria da Casa, em Parecer Prévio, na fl. 08, identificou óbice jurídico à tramitação do Projeto, uma vez que o conteúdo da matéria determina interferência na gestão municipal, violando desta forma o disposto no art. 94, incisos IV e VII, da Lei Orgânica, que determina competência privativa ao Chefe do Poder Executivo a produção de legislações relacionadas ao regime jurídico, tanto de servidores municipais, quanto de empregados públicos vinculados a instituições públicas de direito privado.

A Comissão de Constituição e Justiça, em Parecer, na fl. 10, com base no Parecer Prévio da Procuradoria da Casa opinou pela existência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Na fl. 13 deste expediente o Autor do Projeto apresenta Contestação ao Parecer nº 102/16 da CCJ, que identificou óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria, argumenta que o presente Projeto de Lei não alteraria o regime jurídico de servidores municipais, uma vez que estaria somente flexibilizando a carga horária dos médicos contratados para o IMESF, acrescentando na legislação a possibilidade dos médicos contratados pelo Instituto optarem por uma carga horária de 20 ou 30 horas semanais, diferente do que a estabelecida na Lei nº 11.062,



**PARECER Nº 181 /16 – CCJ
À CONTESTAÇÃO AO PARECER Nº 102/16 – CCJ**

de 6 de abril de 2011, que fixa em 40 horas semanais a contratação dos profissionais médicos para o IMESF.

É o relatório.

A Lei nº 11.062, de 6 de abril de 2011, que institui como fundação pública de direito privado o Instituto Municipal de Estratégia de Saúde da Família (IMESF), no seu art. 21, estabelece, de forma impositiva, a necessidade de dedicação de 8 (oito) horas diárias e 40 (quarenta) horas semanais para os profissionais contratados pela entidade. A criação, estruturação, forma de funcionamento e outras questões relacionadas à gestão de órgãos públicos, como é o caso da definição da carga horária para os profissionais do IMESF, constituem-se em prerrogativas exclusivas do Poder Executivo.

Pelo exposto, opino pela **existência de óbice** de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Sala de Reuniões, 27 de junho de 2016.


**Vereador Mauro Pinheiro,
Relator.**

Aprovado pela Comissão em 5-7-16


Vereador Márcio Bins Ely – Presidente


Vereador Cláudio Janta – Vice-Presidente

Vereador Mauro Zacher


Vereador Rodrigo Maroni

Vereador Valter Nagelstein


Vereador Waldir Canal